



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

SAMARA BRITO ARAÚJO

**CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO GRAMSCI PARA A
TERAPIA OCUPACIONAL**

Brasília - DF
2019

SAMARA BRITO ARAÚJO

**CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO GRAMSCI PARA A
TERAPIA OCUPACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília – Faculdade de Ceilândia
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional

Prof. Dr.: Rafael Garcia Barreiro

Brasília – DF

2019

SAMARA BRITO ARAÚJO

**CONTRIBUIÇÕES DE ANTÔNIO GRAMSCI PARA A
TERAPIA OCUPACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Bruna Carolina Silva
Assistente Social e
Pós-Graduação em



Sociais/UNIFESP

dos Reis
Mestranda no Programa de
Serviço Social e Políticas

Orientador(a)

Titulação, Nome completo

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Aprovado em:

Brasília, 11 de dezembro de 2020

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

A construção de uma perspectiva crítica e contra-hegemônica na terapia ocupacional tem sido um movimento crescente no contexto brasileiro e latino americano nas últimas décadas, traduzindo-se em um movimento de identificação de uma terapia ocupacional latino americana, preocupada com a autonomia dos sujeitos dentro de sua realidade social concreta. No Brasil, essa discussão foi diretamente influenciada pelos movimentos sociais emergentes no período que compreende a redemocratização do país (1975-1985); e, para além de questionar os moldes do sistema político brasileiro, passou a pensar o lugar do terapeuta ocupacional e seu papel na retroalimentação desse mesmo sistema. O desafio da construção de uma perspectiva profissional que compreenda os atravessamentos do sistema social e econômico vigente é o desafio que todo esforço anticapitalista e anticolonial encampa, o de traçar e dar existência à novas leituras de mundo, trazendo à luz as contradições e lacunas da racionalidade hegemônica. Para tanto, esse ensaio reflexivo busca trazer à discussão na terapia ocupacional o referencial gramsciano e sua leitura das macroestruturas do capitalismo contemporâneo, para então discutir o papel técnico-político desse profissional na construção da autonomia dos sujeitos sociais.

Palavras chaves: Terapia Ocupacional; Intelectual Orgânico; Contra-hegemonia.

ABSTRACT:

The construction of a critical and counter-hegemonic perspective in Occupational Therapy has been a growing movement in the Brazilian and Latin American context in recent decades, giving rise to a Latin American occupational therapy identity, concerned with the autonomy of subjects in their concrete social reality. In Brazil, this discussion was directly influenced by the emerging social movements in the period of the redemocratization of the country (1975-1985); and, in addition to challenging the models of the Brazilian political system, it began to question the role of the occupational therapist and his part in the feedback of that same system. The challenge of building a professional perspective that comprises the vicissitudes of the current social and economic system is the challenge that every anti-capitalist and anti-colonial effort proposes, that of mapping and giving life to new worldviews, bringing to light the contradictions and gaps of the hegemonic rationality. Therefore, this reflective essay seeks to bring the Gramscian framework and his reading of the macrostructures of contemporary capitalism to the discussion in Occupational Therapy, to then discuss the technical-political role of this professional in the construction of the autonomy of social subjects.

Keywords: Occupational Therapy; Organic Intellectual; Counter-Hegemony

1. APRESENTAÇÃO

A construção de uma perspectiva crítica e contra-hegemônica na terapia ocupacional tem sido um movimento crescente no contexto brasileiro e latino americano nas últimas décadas, traduzindo-se em um movimento de identificação de uma terapia ocupacional latino-americana, preocupada com a autonomia dos sujeitos dentro de sua realidade social concreta (BIANCHI, 2019). No Brasil, essa discussão foi diretamente influenciada pelos movimentos sociais emergentes no período que compreende a redemocratização do país (1975-1985); e, para além de questionar os moldes do sistema político brasileiro, passou a pensar o lugar do terapeuta ocupacional e seu papel na retroalimentação desse mesmo sistema.

O desafio da construção de uma perspectiva profissional que compreenda os atravessamentos do sistema social e econômico vigente é o desafio que todo esforço anticapitalista e anticolonial encampa, o de traçar e dar existência a novas leituras de mundo, trazendo à luz as contradições e lacunas da racionalidade hegemônica.

Para tanto, esse ensaio reflexivo busca trazer à discussão na terapia ocupacional o referencial gramsciano e sua leitura das macroestruturas do capitalismo contemporâneo, para então discutir o papel técnico-político desse profissional na construção da autonomia dos sujeitos sociais. Num primeiro momento pretende-se traçar uma breve retrospectiva da profissão no contexto brasileiro e os determinantes sociais que influenciaram sua construção epistemológica, adotando uma perspectiva histórico-crítica como referencial analítico (BEZERRA; TRINDADE, 2013 p. 157). Em sequência, será discutido algumas contribuições de Antônio Gramsci para se pensar o papel técnico-político do terapeuta ocupacional no contexto brasileiro.

2. DETERMINANTES HISTÓRICOS E SOCIAIS DA TERAPIA OCUPACIONAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Desde seu surgimento enquanto categoria profissional assalariada, via Movimento Internacional de Reabilitação (1940)¹, a terapia ocupacional se manteve primordialmente ligada ao campo da saúde (SOARES, 1991). Nos serviços de reabilitação brasileiros, vinculados à previdência social, a profissão assumiu uma relação direta com a reprodução da força de trabalho para expansão da economia industrial. A vinculação com o campo da saúde,

¹ O movimento de reabilitação surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial, se expandindo para os países que haviam participado da guerra, em especial grandes potências econômicas capitalistas, visando a reincorporação da mão de obra acidentada ou inválida à força de trabalho ativa (MEDEIROS, 2003; SOARES, 1991). “Segundo alguns historiadores tratou-se de um movimento social que visava ao atendimento de veteranos de guerra, dos acidentados de trabalhos das indústrias e dos demais incapacitados físicos e mentais, a quem as instituições da época não se achavam capacitadas para atender” (MEDEIROS, 2003, p. 103).

e a incorporação de procedimentos das ciências biomédicas, respondia à necessidade de validação técnico-científica colocada pelos serviços institucionais do Estado.

Para essa reflexão, alinhado à leitura gramsciana, o Estado deve ser entendido como um órgão da classe dominante, ou seja, uma expressão das relações de produção do capitalismo e, ainda, um agente regulador a serviço da manutenção dessas relações (HÖFLING, 2001). Portanto, as práticas e enfoques terapêuticos desenvolvidos no espaço institucional foram pensados de forma paralela a uma análise da realidade, considerando que toda profissão surge para atender às necessidades sociais específicas, localizadas em um contexto histórico (BEZERRA; TRINDADE, 2014).

Ao analisar o trajeto histórico da terapia ocupacional, Bezerra (2011) assume que a legitimidade da profissão, assim como sua institucionalização, se deu dentro, e a partir, do desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente, o capitalismo monopolista estadunidense do pós-primeira guerra mundial.

A principal característica do capitalismo monopolista de Estado é submissão do estado burguês à economia do capital (KOUZMÍNOV, 1948), de modo que sua intervenção na saúde da população está condicionada por interesses de ordem econômica. É mediante o investimento na profissionalização e qualificação técnico-científica que o Estado oferece recursos humanos para o capital monopolista, assumindo a funcionalidade de preservação e controle sobre a força de trabalho.

Portanto, é somente a partir da concretização das possibilidades econômicas e políticas na ordem monopólica que a questão social² se põe como alvo de políticas públicas (PAULO NETTO, 1996). Mediatizado pela correlação de forças sociais e de classe:

“O capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado, por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável das demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências de ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dinamar em toda a escala societária.” (NETTO, 1996, p. 29)

No contexto dos EUA do início do séc. XX, o avanço do capitalismo monopolista se defrontou com a carência de força produtiva decorrente do contingente de acidentados de guerra, uma vez que o desenvolvimento dos monopólios depende diretamente da exploração da massa trabalhadora. Foi a necessidade de absorção dos acidentados de guerra e inválidos à

² A nível de conceituação, segundo Carvalho & Yamamoto (1983) “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (p.77).

população economicamente ativa, que impulsionou a implementação de serviços de reabilitação por parte do Estado, que passou a recrutar profissionais da saúde - dentre eles, a terapia ocupacional -, para execução das políticas implementadas (SOARES, 1991).

Na assistência a essa população a terapia ocupacional se destacou, naquele momento, pelo uso de ocupações com o intuito de restaurar funções (REIS, et al. 2017), se utilizando de atividades com objetivos explicitamente terapêuticos (NASCIMENTO, 1990), com base em componentes motores, cognitivos e na aprendizagem de padrões comportamentais, enfatizando um paradigma biomédico até então.

Sobre isso, Medeiros (2003) discute que a profissão é originalmente uma aplicação, um recurso, um instrumento, um ato médico, que não nasce de terapeutas ocupacionais, mas sim resultado de um processo histórico da divisão de classes sociais e, como tal, sofreu influência da racionalidade médica na produção de seu conhecimento e práticas sociais.

Sendo assim, ao ser requisitada como uma profissão paramédica, a terapia ocupacional assumiu um lugar de agente intermediário entre os interesses de diferentes classes sociais. Se por um lado a ampliação da intervenção do Estado sobre a saúde da população veio atender às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora (CAVALCANTE et al., 2018), por outro, funcionou “como meio de manter a força de trabalho em condições físicas de ser explorada” (BEZERRA, 2011, p. 112).

Os programas de reabilitação física foram introduzidos no Brasil de acordo com “a lógica distributiva das entidades previdenciárias que propunha o amplo oferecimento dos serviços de saúde, visando o reengajamento do segurado na força de trabalho ativa” (CAVALCANTE; TAVARES; BEZERRA, 2008, p.31). Nesse sentido, os serviços tinham como princípio o desenvolvimento de capacidades necessárias à subsistência do indivíduo (BEZERRA, 2011), sua funcionalidade e incorporação ao mercado de trabalho, de modo que as ações de reabilitação estiveram majoritariamente voltadas para a manutenção da saúde física da classe trabalhadora.

É importante salientar que somente através de sua inserção no mercado de trabalho, como profissional assalariado, a terapia ocupacional encontrou os meios para sua profissionalização (LINS, 2007), reprodução e expansão mundial; através do programa de incapacitados físicos, vinculado ao Movimento Internacional de Reabilitação, e incorporado à política brasileira em 1940 (SOARES, 1991).

No contexto brasileiro, assim como em âmbito internacional, a profissão passou a cumprir funções no plano econômico ao recuperar os incapacitados da porção estagnada do exército industrial de reserva (SOARES, 1991), contribuindo para a formação de uma massa

de trabalhadores ‘sobrantes’, dispostos a atender as necessidades do capital e inserir-se imediatamente no processo produtivo (TRINDADE, 2017).

Soares (1991) reforça que, nesse momento, a reabilitação assumiu um forte apelo ideológico com objetivo de mascarar a existência do ‘exército de reserva’. As representações no imaginário social sobre o indivíduo reabilitado valorizavam o aspecto produtivo, de modo que o indivíduo passa a ser útil e socialmente bem visto por readquirir sua independência econômica e em seu autocuidado (p.134).

O sentido funcionalista da aplicação das ocupações, assim como as técnicas e conhecimentos para readaptação, era ensinado nos primeiros cursos de terapia ocupacional (CARDINALLI, 2016). Reforça-se que as primeiras escolas de formação antecederam as associações profissionais no país (MAGALHÃES, 1989), ocorrendo um movimento de importação do modelo norte-americano para o ensino da profissão e seguindo as tendências preconizadas por organismos internacionais.

O início da profissionalização acadêmica esbarra justamente nos entraves desse caráter técnico-científico e na insuficiente fundamentação teórica que atravessava a formação (REIS et. al, 2017 p.159). Por este contexto, o uso de atividade e ocupações na terapia ocupacional cumpriram um caráter protocolar, realizado por meio de encaminhamentos com indicações de aplicação terapêutica, concentrando-se “principalmente no estabelecimento de relações entre tipos e componentes de atividades e as reações, efeitos que provocam no indivíduo” (NASCIMENTO, 1990 p. 17).

Essa abordagem se baseia na crença em ‘propriedades terapêuticas intrínsecas’ à atividade, assumindo que toda atividade teria um potencial terapêutico se utilizada com esse objetivo. Nascimento (1990) reforça que essa noção corresponde a um *mito* comum entre terapeutas ocupacionais, reproduzindo uma lógica da causalidade linear, na qual o profissional seleciona atividades, e através de sua análise minuciosa, aplica ao quadro patológico, de modo que a ação humana:

(...) é reduzida ao aspecto imediato do fazer, à aquilo que o terapeuta ocupacional pode perceber e interferir durante a sua realização, ao que é visível a olho nu. A dimensão social objetiva, isto é, a situação concreta da vida dos clientes é excluída do horizonte profissional. (NASCIMENTO, 1990. p. 18.)

Neste seguimento, a insatisfação profissional com sua atuação dentro das dinâmicas institucionais é motivada tanto pela funcionalidade que assumem dentro da reprodução do capital como pelo esvaziamento do sentido das práticas, entendendo que o caráter funcionalista da readaptação e a absorção incondicional das terapêuticas formuladas nos

países centrais não respondem às necessidades sociais concretas emergentes no contexto brasileiro (SOARES, 1991).

Ao final da década de 1970 uma crítica sistemática a essas tendências começa a se instaurar na terapia ocupacional brasileira, coerente com as mobilizações ligadas ao movimento da reforma sanitária e na luta por direitos sociais. Nesse momento, os movimentos da sociedade civil organizada tiveram grande importância na aproximação de terapeutas ocupacionais com projetos sociais e instituições assistenciais até então distantes de seus interesses (BARROS, 2003), de modo que uma atuação centrada no modelo clínico passa a ser percebida como insuficiente para responder a complexidade da questão social (BEZERRA; TRINDADE, 2014).

Se vivencia, então, um período de “crise das respostas profissionais” (SOARES, 1991, 191.), colocada ante a crise social aprofundada pelo regime da ditadura militar (BARROS, LOPES & GALHEIGO 2007), num contexto de elevação da pobreza e precarização de direitos sociais.

É na busca por uma perspectiva mais integrada com essa realidade, que uma reconfiguração epistemológica, teórica e prática começa a ser pensada para a profissão, ocorrendo um “movimento de aproximação com o referencial teórico marxista [que passou a questionar a “neutralidade” profissional]”, numa direção que visava construir uma terapia ocupacional radicalmente crítica (BEZERRA, 2014). Dentro dessa perspectiva,

que coloca em questão a relação entre ação técnica e atitude política, os terapeutas ocupacionais brasileiros, a partir dos anos de 1980, promoveram reflexões que foram contextualizadas pelas lutas para ampliação dos direitos sociais e a oferta de condições mais humanitárias junto aos públicos em que a profissão já atuava [...] (BARREIRO; BORBA; MALFITANO, p. 4, 2020).

Nesse sentido, a crítica ao modelo de assistência existente³, - atrelada a construção de seus pressupostos teóricos, a partir da reflexão da historicidade da profissão -, esteve vinculada principalmente às ciências humanas e sociais, encontrando ressonância nas ideias de Basaglia, Castel, Sartre, Foucault, Goffman, Paulo Freire, Karl Marx, Antônio Gramsci, entre outros (BARROS; GHIRARD; LOPES, 2002 & BARROS, LOPES & GALHEIGO, 2007).

³Destacamos como foco deste trabalho a construção de olhar sobre a terapia ocupacional a partir de sua profissionalização, colocando em evidência o papel do capitalismo e seus condicionantes estruturais. No entanto, é importante pontuar que as mobilizações da categoria para a construção de uma crítica ao modelo de assistência existente, também se deu a partir de um olhar para as práticas e o contexto anterior ao movimento de reabilitação, nas instituições psiquiátricas, - “frente à vida asilada e aprisionada dos usuários dos serviços psiquiátricos em que loucura e miséria continuavam a se misturar” (BARROS; GHIRARD; LOPES, 2002.)

O desenvolvimento desse pensamento crítico dentro da ação técnica dos terapeutas ocupacionais, fez com que estes se aproximassem das discussões colocadas, em grande medida, pelos movimentos da reforma psiquiátrica italiana. Nele Basaglia's e Rotelli, imbuídos dos pressupostos de Gramsci na questão do movimento de sindicância dos trabalhadores, interpretam o referencial gramsciano para a luta antimanicomial e, dessa forma, introduzem para os técnicos desses espaços a discussão dialética sobre a força de trabalho (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2007).

Aqui, dentro do referencial adotado para essa reflexão e considerando a atualidade de seu pensamento, nos atemos às ideias de Antônio Gramsci, cuja produção teórico-filosófica explicita os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, vinculando-se a uma crítica persistente ao modo de produção capitalista e seus sofisticados mecanismo de coerção ideológica (GRAMSCI, 1966). Entendemos que a análise das estruturas sociais e o papel do intelectual gramsciano oferecem subsídios para se pensar novos olhares para a questão social na terapia ocupacional.

Apesar da perspectiva de cunho marxista ser incisiva na proposição de uma novo olhar para a profissão, essa reconfiguração não pretende construir uma verdade única, enquadrada em fundamentos teóricos determinantes de práticas sociais, mas, acima de tudo, pretende contribuir com a noção de que “a desigualdade e a pobreza são problemáticas relevantes no bojo da questão social brasileira, adquirindo configurações que requerem uma revisão imediata das profissões e da pertinência do papel profissional” (BARROS, LOPES & GALHEIGO, 2007, p. 351).

Acerca dessa perspectiva, Nosella (1982) reitera que

(...) um profissional da saúde, fundamentalmente não é um trabalhador. Fundamentalmente ele é um intelectual. [Isso] significa dizer que o terapeuta ocupacional, se define, no conjunto da sociedade, como um intelectual que, na sua prática, espalha, socializa, defende uma determinada concepção de sociedade, uma determinada concepção de saúde, uma determinada concepção de doença, uma determinada concepção de terapia, uma determinada concepção de luta social. (NOSELLA, 1982. palestra proferida na semana de Terapia ocupacional na UFScar).

Nesse sentido, entender o terapeuta ocupacional como um intelectual cuja práxis assume um papel na alteração da dinâmica da sociedade (LOLE, 2014), requer um olhar para os campos de disputa em que seu exercício profissional se insere. Para tanto, pretendemos apresentar a compreensão gramsciana de intelectual orgânico e seu papel ético-político a partir do entendimento das estruturas sociais e das arenas de disputa por onde circulam seus atores.

3. CONTRIBUIÇÃO DO PAPEL DO INTELLECTUAL EM GRAMSCI

Antônio Gramsci (1891-1937) foi um pensador marxista italiano do século XX que interpretou importantes conceitos do marxismo - criticando as tendências de caráter *economicista*⁴ -, e cuja produção teórica no campo da política, cultura e educação foi sempre atravessada pela preocupação com a questão pedagógica de formação das classes subalternas (OLIVEIRA; MAIA FILHO, 2015). Sua produção teórica mais intensa se deu no período em que foi preso e esteve encarcerado pelo regime fascista italiano (1926), de modo que seus escritos ficaram conhecidos como Cadernos do Cárcere (p.104).

A preocupação pedagógica do autor diz respeito à instrumentalização dos indivíduos para uma tomada de consciência sobre a própria história, de modo a se compreender como se estrutura e organiza a ideologia da classe “dominante” (ANGELI, 2011). Nesse caminho, se propõe a construção de uma concepção de realidade que seja própria das classes “dominadas”, uma filosofia da práxis, universalista, que defende condições de humanização para todos os indivíduos, independente de suas diferenças e particularidades.

Alinhado à tradição marxista, tomamos o conceito de *práxis* pela sua unidade dialética entre teoria e prática, na inter-relação entre “realidade e pensamento, objetivo e subjetivo, concreto e abstrato” (DA COSTA, 2019 p. 238), entendendo que o exercício da práxis é o exercício de construção da realidade a partir de uma ação e de um fazer consciente, informado pelo conhecimento (BARREIRO; BORBA; MALFITANO, 2020).

Cabe destacar a pertinência desse conceito para a Terapia Ocupacional, cujo objeto de estudo/atuação é o fazer humano. A compreensão da ocupacionalidade como intrínseca à natureza humana (SHIMOGUIRI, 2017) é a primeira interface da profissão com método marxista, uma vez que o materialismo histórico e a terapia ocupacional se alinham na compreensão de que toda atividade humana é atravessada por uma significação propriamente reflexiva, não havendo dicotomia entre o pensamento teórico/subjetivo e a prática concreta.

Para Angeli (2011), a filosofia da práxis é “o principal instrumento teórico-ideológico para pensar a “realidade vivente” e suas contradições; e, mais que isso, para apontar as limitações e acobertamento da produção intelectual que dá sustentação às formas de

4 O caminho teórico traçado por Gramsci “permite resgatar o marxismo das deturpações economicistas e deterministas, indicando a relação dialética que existe entre estrutura e superestrutura. [No entanto, o autor não rompe com a perspectiva marxista, mas] examina dialeticamente as novas configurações do sistema capitalista, que mantém em sua base a exploração por meio do trabalho assalariado, mas diferentemente do capitalismo concorrencial analisado por Marx, agora passava para uma fase monopolista, marcada, especialmente no Ocidente, pela complexificação do Estado, que apresentava novas estratégias de dominação” (OLIVEIRA; MAIA FILHO, 2015).

representação da realidade” (p. 124). Nesse sentido, a função do intelectual é de explicitar essas formas de representação, num caminho de construção de uma contra hegemonia que seja orgânica e não arbitrária.

Gramsci é lido como um autor importante na discussão sobre a função dos intelectuais na sociedade capitalista (SANTOS et al. 2019) reservando a essa questão um espaço significativo em seus escritos (SEMERARO, 2006 p. 376). Sua análise é estruturada a partir de uma visão de classes sociais, nas quais o intelectual atua como advogado para o estabelecimento do consentimento e do consenso (BARROS; GHIRARD; LOPES, 2002). A questão do intelectual não deve ser pensada de forma independente das determinações do sistema social, mas como resultado dela, criando diferentes categorias de intelectuais que correspondem ao exercício de sua função social: o intelectual tradicional e o orgânico (SANTOS et al. 2019).

Para o autor, o intelectual tradicional exerce a função de manutenção da ordem vigente, alinhado aos interesses da classe dominante e da hegemonia, enquanto o intelectual orgânico se vincula à ação emancipatória das classes subalternas (LOLE, 2014), consciente da historicidade de suas concepções de mundo.

Essa relação, no entanto, não deve ser entendida de forma imediata, pois o intelectual não se vincula diretamente com a produção e manutenção da hegemonia, mas sua função é mediada pelos aparelhos privados da sociedade, que Gramsci identifica como sociedade civil, e também pelo Estado (SANTOS et al. 2019). Portanto, os conceitos de hegemonia, sociedade civil e Estado são imprescindíveis para compreensão acerca da função do intelectual dentro de estrutura social e do processo histórico no qual está inserido.

Para o autor, a hegemonia é o modo pelo qual a classe dominante afirma e reproduz a sua dominação (COSTA, 2018), pressupõe a “conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe sobre outras” (LOLE, 2014 p.75). Não se trata somente de uma capacidade de direção política, mas também de direção cultural e ideológica, que interfere na construção da visão de mundo de todo o conjunto da sociedade.

Os valores hegemônicos da classe dominante dispõe do aparato institucional da sociedade civil para afirmar-se como concepção de mundo, seja no campo da cultura, religião, escola, meios de comunicação, etc., (LOLE, 2014), de modo a operar de forma *pedagógica*. Não acontece, portanto, somente no nível do consciente, mas é apreendida pelos indivíduos durante todo seu processo existencial.

É imperioso acrescentar que a sociedade civil é concebida por Gramsci como pertencente ao momento da superestrutura (campo ideológico), e divide sua capacidade

dirigente com a sociedade política. O conjunto desses dois elementos sintetizam a compreensão gramsciana de Estado ampliado (BOBBIO; COUTINHO, 1982), que não se resume ao domínio direto pelo uso da força, expresso no governo jurídico.

Portanto, as instituições da sociedade civil - responsável por elaborar os valores hegemônicos, disseminar e garantir sua manutenção pelo consenso -, são elementos constitutivos do Estado. Consonante,

(...) a incorporação da sociedade civil à esfera estatal ocorre através de diferentes mecanismos, especialmente na formação da opinião pública enquanto estratégia de fortalecimento da hegemonia política por parte do Estado em assuntos de seu interesse. O Estado [...] (GRAMSCI 2000a, p. 265), ‘quando quer iniciar uma ação pouco popular cria, preventivamente, a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil’” (SIMIONATTO, 2009. p. 42)

Apesar desse deslocamento - da *sociedade civil* para o momento da superestrutura -, Gramsci jamais desconsidera a centralidade da base econômica em seu esquema de análise da sociedade, mediante o “princípio básico do materialismo histórico” (VIOLIN, 2006). O que se faz aqui é estabelecer uma relação dialética entre a estrutura econômica de exploração da classe trabalhadora e os mecanismos de cooptação a que essa classe é submetida cotidianamente (SIMIONATTO, 2009), propondo uma forma de enfrentamento das iniquidades do capitalismo que não seja apenas em suas bases econômicas (LOLE, 2014).

Nesse intercâmbio, mediado pelos aparelhos privados da hegemonia (SIMIONATTO, 2009), o intelectual passa a configurar o agente responsável por intermediar os interesses de classe (NOSELLA, 1982 p. 56), seja em função da manutenção do *status quo*, ou alinhado com a proposta de uma contra hegemonia. Uma vez vinculado a uma determinada classe e a uma realidade concreta, interessa-nos pensar a ação do intelectual à classe subalterna (DA COSTA, 2019), politicamente comprometido com o próprio grupo social (SEMERARO, 2006).

Opondo-se aos processos de exploração e alienação da atividade humana, operado pelo modo de vida capitalista, o intelectual orgânico constrói sua práxis alinhada com as necessidades concretas das classes oprimidas, negando a suposta neutralidade científica que permeia práticas mecanizadas e individualizantes, alheia as contradições da realidade (SEMERARO, 2006). Para tanto, coloca-se a necessidade do binômio ‘especialista + político’ para a formação profissional, pois:

(...) ao mesmo tempo em que o profissional deve ser um especialista hábil, essa especialização deve ser imbricada numa concepção e num quê- fazer-político, inclusive porque, se o profissional não aceitar essa dimensão política, de fato assim mesmo está assumindo uma determinada dimensão política sem a coragem de

confessá-lo. Do outro lado, se o profissional não for capaz, não for um especialista em sua profissão, seu ser político torna-se oco, generalista, onde a própria política perde o sentido (NOSELLA, 1982. p. 59)

Assim, é imprescindível que o terapeuta ocupacional, enquanto intelectual orgânico - para além de sua capacitação técnica especializada - se vincule ao modo de produção de seu tempo, elaborando uma concepção ético-política que o habilite no exercício de funções culturais, educativas e organizativas da classe que representa, de modo que haja o “reconhecimento do saber popular, a construção democrática e coletiva de um projeto público de sociedade” (SEMERARO, 2006 p. 386).

Não se trata de uma compreensão de intelectual baseada na crença em ‘poderes superiores do intelecto’ (PIRES, 2012), mas diz respeito à função social do profissional-técnico de produzir conhecimento, inspirar, sugerir e construir saberes consonantes com o contexto em que estão inseridos. Refere-se à inserção na realidade vivente, “superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' (especialista + político)” (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Nesse sentido, o exercício da capacidade dirigente do especialista-político se cimenta na relação dialógica com os sujeitos de intervenção e na recusa das práticas baseadas em prescrição e hierarquização de saberes, dado que a articulação dialética entre estrutura e superestrutura, economia e cultura, sociedade civil e política (SEMERARO, 2006) passa justamente pela formação de consciências críticas e pelo movimento de superação da relação vertical entre intelectuais e massa.

A partir disso, podemos “pensar acerca do trabalho humano e da importância dos intelectuais como fundamentais *mediadores da informação* no mundo capitalista do século XXI e essenciais elementos para transformar ou manter a sociedade atual” (MONTEIRO, 2017 p.99).

A compreensão dessa função dirigente nos obriga a situar exercício profissional dentro das dinâmicas e estruturas sociais, uma vez que a função do técnico não acontece fora dessas relações, como já colocado. Nesse sentido, entendemos que o terapeuta ocupacional, enquanto classe intermediária, assumiu uma tendência histórica à ‘proletarização’ (NOSELLA, 1987), dado que sua intervenção se localizou primordialmente no bojo das classes sociais subalternizadas, - como explicitado por Soares (1991) em sua retrospectiva histórica da terapia ocupacional no contexto brasileiro.

Nesse mesmo sentido, o processo atual de desinstitucionalização do investimento em saúde e bem estar social e o aprofundamento passivo das desigualdades interseccionais no Brasil (SANTOS, 2020) vem requerer da categoria, além de envolvimento político, um genuíno comprometimento com os grupos sociais vulnerabilizados nesse processo, tencionando olhares para o projeto societário com o qual sua prática se alinha.

A *tradutibilidade* da categoria gramsciana de intelectual para a profissão está justamente na necessidade de se colocar como agente político vinculado a um projeto de classe (MELLO; RIBEIRO, 2017). A relevância dessa discussão se acentua com grande força no momento político atual de precarização do trabalho, perda de direitos sociais e a acentuação do conservadorismo reacionário que têm se colocado como obstáculo à formação política de classe. Essa realidade reitera a importância de nosso compromisso de construção de uma prática contra hegemônica, que rejeite o lugar de reprodutor técnico a serviço da manutenção das relações sociais capitalistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A categoria ‘intelectual orgânico’ de Gramsci, aliada à análise das estruturas sociais nas quais se situa o exercício do especialista-político, se apresenta como elemento fundamental na luta pela emancipação dos sujeitos sociais. A articulação desse referencial com a Terapia Ocupacional - enquanto categoria que lida diretamente com as dinâmicas de vida dos sujeitos inseridos em sua realidade -, busca compreender a questão social não como uma especificidade deslocada das práticas, não como um acessório, mas como parte essencial do processo de intervenção.

Um olhar para percurso histórico da profissionalização de terapeutas ocupacionais no contexto brasileiro aponta para a contradição inerente de práticas vinculadas à manutenção e retroalimentação do modo de vida operado pelo sistema capitalista, sinalizando a pertinência de um referencial que pense o papel do agente técnico/político vinculado com uma *práxis* contra-hegemônica voltada às necessidades das classes subordinadas ao capital.

Neste caminho, faz-se necessário que o terapeuta ocupacional, em sua função de técnico intelectual orgânico, não apenas visualize as problemáticas e demandas da sociedade, mas acima de tudo, entenda que elas são componentes essenciais do seu processo de ação profissional e de sua historicidade.

REFERÊNCIAS

ANGELI, J. M. **Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política.** Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 122, p. 123-132, 2011.

BARREIRO, R.G. **Entre Redes: Juventudes, Ambientes Virtuais e Vidas Entretidas.** 2019. 242p. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

BARREIRO, Rafael Garcia; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Revisitando o materialismo histórico em terapia ocupacional: o papel técnico, ético e político na contemporaneidade.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 2020, AHEAD.

BARROS, D. D., LOPES, R. E., & GALHEIGO, S. M. **Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas princípios, métodos e técnicas de coleta de dados.** *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*, 2007.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. **Terapia ocupacional social.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.

BEZERRA, W C. **O estado brasileiro e o ataque neoliberal: algumas reflexões para a terapia ocupacional.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 19, n. 2, 2011.

BEZERRA, W.C. **A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil.** MESTRADO. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Gênese e constituição da terapia ocupacional: em busca de uma interpretação teórico-metodológica.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 24, n. 2, p. 155-161, 2014.

BIANCHI, Pamela Cristina et al. **Terapia ocupacional, território e comunidade: desvelando teorias e práticas a partir de um diálogo latino-americano.** 2019.

BOBBIO, Norberto; COUTINHO, Carlos Nelson. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

CARDINALLI, Isadora et al. **Conhecimentos da Terapia Ocupacional no Brasil: um estudo sobre trajetórias e produções.** 2016.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; TAVARES, Maria Margareth Ferreira; BEZERRA, Waldez Cavalcante. **Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 19, n. 1, p. 29-33, 2008.

COSTA, Antonio Carlos Figueiredo. **Karl Marx, Antonio Gramsci e a Ominidimensionalidade: O Marxismo “Atualizado” e a “Racionalidade” da História.** SapereAude, v. 9, n. 18, p. 195-208, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DA COSTA, Regis Clemente. A práxis marxista e o intelectual orgânico em Gramsci: a emancipação humana como horizonte. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 11, n. 3, p. 235-247, 2019.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; PAULA, Meneses Maria. **Epistemologias do sul.** Cortez Editora, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio; FERREIRA, Serafim. **Introdução à filosofia da práxis.** 1978.

HÖFLING, E.. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

JOSÉ C. R., & GAMBI, T. F. R. **Capitalismo monopolista: de Baran e Sweezy ao debate brasileiro.** *Revista Debate Econômico*, 2(2), 31-52. 2014.

KOUZMINOV, I. **Capitalismo Monopolista de Estado.** Problemas. Revista Mensal de Cultura Política, n. 12, 1948.

LINS, M.A.T. **As condições de trabalho dos profissionais do serviço social na contemporaneidade.** 124. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

LOLE, Ana. **Filosofia da Práxis em Antônio Gramsci.** (Doutoramento em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2014.

MAGALHÃES, Lilian Vieira et al. **Os terapeutas ocupacionais no Brasil: sob o signo da contradição.** 1989.

MEDEIROS, MHR. **Terapia Ocupacional: um enfoque epistemológico e social.** São Carlos: EdUFSCAR, 2003.

MELLO, Lilian; RIBEIRO, Rafaela. **A cultura é acessível a todos? A função do intelectual orgânico como forma de debelar a imposição da hegemonia da classe dominante.** *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2017, 3.3.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros; DE ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. **Intelectual orgânico como mediador da informação: algumas considerações acerca de um diálogo possível.** *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2017, 8.2: 92-105.

NASCIMENTO, Beatriz Ambrósio. **O mito da atividade terapêutica.** Revista de Terapia Ocupacional da USP, v. 1, n. 1, p. 17-21, 1990.

NOSELLA, Paolo. Formação **universitária x Prática profissional.** In: Palestra proferida na semana de Terapia Ocupacional. UFScar. São Paulo, 1992. p. 53-60.

OLIVEIRA, Daniele Kelly Lima de; MAIA FILHO, Osterne Nonato. **Do pequeno Nino ao dialético GRAMSCI: biografia de um intelectual.** 2015.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1996.

PIRES, Aparecida Carneiro et al. **A função dos intelectuais e o papel da escola na organização da cultura.** Revista HISTEDBR On-Line, v. 12, n. 47, p. 349-362, 2012.

REIS, Stéphaney Conceição Correia Alves Guedes et al. **Histórias e memórias da institucionalização acadêmica da terapia ocupacional no Brasil: de meados da década de 1950 a 1983.** 2017.

SANTOS, Pedro. **O intelectual orgânico como formador da vontade coletiva dos subalternos: apontamentos a partir de Antonio Gramsci.** *movimento-revista de educação*, 2017, 6: 107-130.

SANTOS, RONALDO TEODORO DOS. **O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2020, 30: e300211.

SANTOS, Vivian Pilger et al. **O serviço social brasileiro e a concepção de intelectual orgânico em Gramsci.** 2019.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade.** *Cadernos Cedes*, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006.

SHIMOGUIRI, Ana Flávia; DA COSTA-ROSA, Abílio. **Contribuições do materialismo histórico para a terapia ocupacional: uma análise dialética do fazer e da generacidade humana.** *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO*, 2017, 1.5: 704-720.

SIMIONATTO, I. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana.** *Revista Katálysis*, 12(1), 41-49. 2009.

SOARES, Léa Beatriz Teixeira. **Terapia ocupacional: lógica do capital ou do trabalho?: retrospectiva histórica da profissão no Estado brasileiro de 1950 a 1980.** Editora Hucitec, 1991.

TRINDADE, Hiago. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo.** *Serviço Social & Sociedade*, n. 129, p. 225-244, 2017.

VIOLIN, Tarso Cabral. **A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci.** *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, 2006.